

EDITORIAL

Maria Inez Machado Telles Walter

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4014159323397562>

Universidade de Brasília, UnB, Brasil

E-mail: minezwalter@yahoo.com.br

Em sua terceira Edição, o periódico “Cadernos do FNDE” dá continuidade ao projeto de Gestão do Conhecimento da Autarquia em sua missão fundamental de executar as políticas de Educação no Brasil. Ao gerir recursos da ordem de dezenas de bilhões de reais, muito além do repasse aos entes federados parceiros, é responsabilidade do FNDE acompanhar os resultados dos diversos programas educacionais e ações que executa, verificando em que medida os objetivos estão sendo atingidos e quais são os fatores que impactam ou impedem o bom funcionamento das políticas.

Cabe lembrar que o espectro de atuação do FNDE inclui ações e programas que envolvem alimentação, transporte escolar, infraestrutura, assistência técnica aos entes parceiros, livros didáticos, entre outros, e que parte importante das políticas inclui a descentralização dos recursos. Esse fator exige uma organização interna altamente complexa e trabalhosa, tendo em vista as dimensões e a diversidade de condições materiais que caracterizam o Brasil. Os sistemas de informática desenvolvidos para gerir as políticas alcançam não apenas o controle dos recursos, mas também os meios de prestação de contas dos parceiros.

Como lembraram Lobo & Ximenez (2020) na primeira edição dos Cadernos do FNDE, mais recentemente a Autarquia acrescentou às suas atribuições a tarefa de construir soluções de monitoramento e estratégias de avaliação das políticas educacionais, seja como forma de observar a correção na aplicação dos recursos de tão vultosa monta, ou como resposta aos órgãos de controle, levando em conta os resultados gerados para a sociedade.

Nessa perspectiva, a presente edição do Cadernos do FNDE apresenta discussões sobre a forma como os recursos descentralizados estão sendo executados. O tema central, “Descentralização de recursos: desafios e possibilidades de programas educacionais” abrange um importante dilema sobre as dificuldades enfrentadas pelas entidades parceiras na execução dos programas em geral e, em particular, na aplicação de recursos que deveriam contribuir para o desenvolvimento da educação em questões básicas como infraestrutura e alimentação escolar.

O primeiro artigo trata dos saldos acumulados pelas entidades executoras do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e suas ações integradas. O objetivo do PDDE é atender às necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais para garantir seu funcionamento e para promover melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica, de forma descentralizada. Assim, o PDDE confere às escolas maior autonomia e flexibilidade para a gestão dos recursos transferidos. O artigo demonstra que muitas das entidades executoras acumulam, às vezes por longos períodos, um alto saldo de recursos em suas contas bancárias. Isso foi considerado pelos autores um desequilíbrio que pode ter efeitos desestabilizadores para o programa, uma vez que não utilizar recursos já disponíveis em um contexto de crise econômica conjuntural é algo que fere a lógica mais básica de gestão pública. Daí a importância de se debruçar sobre

os fatores que concorrem para essa situação, pois a inexecução dos recursos contrasta com a gama de problemas estruturais historicamente enfrentados pelas escolas públicas.

O foco do segundo artigo são os programas suplementares – ações de manutenção e desenvolvimento do ensino em diferentes níveis e modalidades, por meio da suplementação de recursos financeiros que os entes federados já empregam em suas localidades visando a contribuir para a ampliação ou a melhoria da oferta de educação infantil, ensino médio, educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica. Tais ações representam um esforço do governo federal de atuar em sua função supletiva e redistributiva, com vistas a mitigar as desigualdades socioeconômicas que caracterizam o Brasil. Assim como no caso do PDDE, boa parte dos recursos repassados no âmbito dos programas suplementares mantém-se nos saldos das respectivas contas bancárias, indicando que há expressivas dificuldades de execução que devem ser identificadas e superadas.

Por fim, o último artigo aborda a temática da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) que, mesmo sendo uma diretriz do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), encontra obstáculos para que se consolide nas escolas públicas brasileiras. Por meio de análise documental, o estudo descreveu iniciativas de fomento e apoio a ações de EAN no âmbito da gestão federal do PNAE, a partir do ano de 2015, tendo verificado ainda a consonância com o marco legal do programa. As autoras concluem que as iniciativas de EAN possibilitam que o PNAE se constitua como um espaço de aprendizagem, produção de conhecimento e formação de hábitos saudáveis de vida.

Os três trabalhos discutem dificuldades e empecilhos que colocam em cheque a consecução dos objetivos de programas que deveriam ser, simplesmente, soluções de facilitação para aplicar recursos destinados a aprimorar a educação brasileira. A descentralização de recursos, concebida para dar agilidade e flexibilidade, ocorre sob normativas e processos complexos que podem se converter, paradoxalmente, em burocratização e morosidade, e é sobre isso que se dedica esta edição dos Cadernos do FNDE. Os artigos podem contribuir para essa autoavaliação e para apontar soluções de aprimoramento que recolocam as políticas descentralizadas nos trilhos, conforme foram concebidas.

Referência

LOBO, Cinara; XIMENES, Juliana. Gestão do Conhecimento em Políticas Educacionais. **Cadernos do FNDE**, v.1, n.1.,2020. ISSN: 2675-1925. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/publicacoes/index.php/cadernosFNDE/issue/view/1>>. Acesso em: 7 mar 2022.